

Demonstrações Financeiras

Usina Elétrica do Prata S.A.

31 de dezembro de 2025

Usina Elétrica do Prata S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório de Administração	1
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	2
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da **Usina Elétrica do Prata S.A.**, submete à apreciação de V. Sa., o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, elaboradas de acordo com o padrão contábil brasileiro, referentes ao exercício social de 2025, acompanhadas das Notas Explicativas e o Relatório do Auditor Independente.

Curitiba, 01 de abril de 2026.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Usina Elétrica do Prata S.A.
Juscimeira - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Usina Elétrica do Prata S.A.** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Usina Elétrica do Prata S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

Outros Assuntos – Auditoria do Exercício Anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outro auditor independente, cujo relatório emitido em 06 de maio de 2025, não conteve modificação.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 01 de abril de 2026.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 006.472/O-1 S/MT
GEORGE ANGNES
Contador CRC-PR Nº 042.667/O-1 S/MT

Usina Elétrica do Prata S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.415	6.382
Contas a receber	4	4.299	3.558
Adiantamentos a fornecedores		260	408
Impostos a recuperar		178	129
Outras contas a receber		266	213
		<u>10.418</u>	<u>10.690</u>
Não circulante			
Tributos Compensáveis		522	522
Imobilizado	5	117.283	120.923
Intangível		237	237
		<u>118.042</u>	<u>121.682</u>
		<u>128.460</u>	<u>132.372</u>
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	6	5.490	5.567
Fornecedores		572	653
Obrigações sociais e trabalhistas		49	48
Impostos a recolher		170	142
Imposto de renda e contribuição social	7	221	729
		<u>6.502</u>	<u>7.139</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	6	17.520	22.876
Imposto de renda e contribuição social	7	694	-
Partes relacionadas	8	39.107	-
		<u>57.321</u>	<u>22.876</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	9	60.116	60.116
Reservas de lucros	9	4.521	42.241
		<u>64.637</u>	<u>102.357</u>
Total do patrimônio líquido		<u>128.460</u>	<u>132.372</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Elétrica do Prata S.A.

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	2025	2024
Receita líquida de venda de energia	10	35.935	30.852
Custo da geração de energia	11	(9.679)	(11.211)
Lucro bruto		26.256	19.641
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(5.129)	(4.813)
Outras receitas operacionais			
Demais receitas e renda		2	1.259
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		21.129	16.087
Receitas financeiras	12	1.223	1.467
Despesas financeiras	12	(1.925)	(2.352)
Resultado antes dos impostos		20.427	15.202
Imposto de renda e contribuição social – correntes	13	(1.541)	(1.889)
Lucro líquido do exercício		18.886	13.313

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Elétrica do Prata S.A.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	2025	2024
Resultado do exercício	18.886	13.313
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>18.886</u>	<u>13.313</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Elétrica do Prata S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2024		60.116	2.911	38.017	-	101.044
Lucro líquido do exercício		-	-	-	13.313	13.313
Constituição de reserva legal		-	666	-	(666)	-
Dividendos mínimos obrigatório		-	-	-	(3.328)	(3.328)
Dividendos complementares		-	-	-	(8.672)	(8.672)
Constituição de reserva de retenção de lucro		-	-	647	(647)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		60.116	3.577	38.664	-	102.357
Lucro líquido do exercício		-	-	-	18.886	18.886
Constituição de reserva legal	9.b	-	944	-	(944)	-
Dividendos mínimos obrigatório	9.c	-	-	-	(4.486)	(4.486)
Dividendos complementares	9.e	-	-	(4.520)	(13.456)	(17.976)
Constituição de provisão de lucros a pagar	9.d	-	-	(34.144)	-	(34.144)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		60.116	4.521	-	-	64.637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Elétrica do Prata S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	18.886	13.313
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	3.741	3.707
Resultado na alienação de ativo imobilizado	-	(1.426)
Juros provisionados	1.918	2.347
Varição nos ativos e passivos		
Adiantamentos a fornecedores	148	91
Impostos a recuperar	(49)	(73)
Contas a receber	(741)	621
Outras contas a receber	(53)	5
Impostos a recolher	1.755	2.291
Fornecedores	(81)	336
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.541)	(1.889)
Outras contas a pagar	4.964	(103)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	28.947	19.220
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado e intangível	(101)	(19)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	(101)	(19)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de juros e principal de empréstimos e financiamentos	(7.351)	(7.708)
Dividendos pagos	(22.462)	(12.000)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento	(29.813)	(19.708)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(967)	(507)
Demonstração do(a) aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	6.382	6.889
Saldo final no caixa e equivalentes de caixa	5.415	6.382
Aumento (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa	(967)	(507)
Transações que não movimentaram caixa		
Imobilizado	-	2.779
Outras contas a pagar	-	(2.779)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina Elétrica do Prata S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

1. Contexto operacional

A Usina Elétrica do Prata S.A. (“Prata” ou “Companhia”), com sede em Juscimeira – MT na Est. Rio Prata, S/N- KM 13,73, Zona Rural, e com sede administrativa em Curitiba – PR, foi constituída em 10 de dezembro de 2002 e tem como objeto social a exploração de atividades de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Atualmente a Companhia é detentora de 4 (quatro) outorgas para exploração de energia elétrica que são: PCH Água Prata (13,30 MW), PCH Água Brava (13,05 MW), CGH Água Clara (4,00 MW) e PCH Água Branca (10,00 MW). O período de concessão é de 30 anos, e o estágio de cada um das PCHs está conforme segue:

- A PCH Água Prata entrou em operação comercial através do Despacho 2.359, de 4 de agosto de 2017.
- A PCH Água Brava entrou em operação comercial através do Despacho 1.216, de 26 de abril de 2019.
- A CGH Água Clara entrou em operação teste em 24 fevereiro de 2023 através do Despacho 479, de 23 de fevereiro de 2023 e em operação comercial em 20 de abril de 2023 através do Despacho 1.079, de 19 de abril de 2023.
- A PCH Água Branca a Administração optou por não dar continuidade no empreendimento.

O fluxo de caixa da Usina Elétrica do Prata S.A., no exercício de 2025, foi impactado pela baixa geração de energia, ligeiramente inferior à média histórica das usinas, devido ao volume de chuvas ter sido inferior à média da região, quando comparado com períodos anteriores e conseqüentemente ocasionando em liquidação de energia perante a CCEE e no resultado financeiro.

Existe a expectativa no mercado, de que durante o ano de 2026, o valor da energia no curto prazo seja superior ao praticado no ano anterior de 2025 e com perspectivas de elevação no 2º semestre do ano, a qual dependerá de fatores externos tais como aumento na demanda, nível de produção conforme volume pluviométrico, dentre outros fatores mercadológicos.

A Usina Elétrica do Prata S.A., possui alguns contratos de energia vendida através do leilão A-5, ano de 2016, no montante de 5,90 e 5,60 MWm, no período compreendido entre 01/01/2021 à 31/12/2050, com valor no ano de 2025 de R\$309,60/MWh, os quais, aliados a um bom volume de chuvas na região, trará melhor equilíbrio no fluxo de caixa e resultará num melhor resultado econômico da Companhia para os próximos exercícios.

O complexo de pequenas centrais hidrelétricas encontra-se na bacia hidrográfica do rio Paraguai, Município de Juscimeira, Estado de Mato Grosso.

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão e divulgação destas demonstrações financeiras em 01 de abril de 2026, as quais consideram os eventos subseqüentes ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

Usina Elétrica do Prata S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

2. Políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para liquidação de créditos duvidosos, provisão para contingências, entre outras.

Apesar de refletirem a melhor estimativa possível por parte da administração, a liquidação nas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Reconhecimento de contrato de cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que estão atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os registros das operações de vendas no mercado livre e regulado são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com as informações contratuais.

Usina Elétrica do Prata S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

2.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram apurados de acordo com a sistemática denominada Lucro Presumido, em que o imposto de renda é calculado sobre a presunção de 8% da receita bruta pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada sobre a presunção de 12% sobre a alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.8 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Usina Elétrica do Prata S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Imobilizado--Continuação

(i) Reconhecimento e mensuração--Continuação

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL (MCSE), das quais são revisadas periodicamente. A depreciação é reconhecida no resultado.

A Administração entende que a Companhia, está enquadrada nos critérios do Decreto 9.158 de 2017, que determina em seu Art. 1º, que as outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5.000 kW (cinco mil quilowatts) e inferior ou igual a 50.000 kW (cinquenta mil quilowatts) que não tenham sido prorrogadas anteriormente, que estavam em vigor em 18 de novembro de 2016 e cujo empreendimento se encontre em operação poderão ser prorrogadas uma vez por meio de requerimento, nos termos do art. 2º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e deste Decreto. Nesse contexto, nenhuma das taxas determinadas pelo MCSE considera vida útil estimada superior aos prazos das autorizações somadas ao prazo da prorrogação esperada. Portanto, a taxa de depreciação não se limita ao prazo da autorização para operação, tendo em vista que a Administração tem expectativa de prorrogação do prazo de acordo com o referido decreto.

Usina Elétrica do Prata S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Imobilizado--Continuação

(iii) Depreciação--Continuação

As taxas de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

<u>Classes de imobilizado</u>	<u>Taxa de depreciação anual</u>
Edificações, obras e benfeitorias	3,50%
Reservatórios, barragens e adutoras	3,50%
Máquinas, equipamentos e ferramentas	3,50% a 6,25%
Móveis e utensílios	4,00% a 6,25%
Veículos	14,29%
Equipamentos de informática	16,67%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.9 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA-instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Usina Elétrica do Prata S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9 Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Classificação e mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Usina Elétrica do Prata S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9 Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Classificação e mensuração subsequente--Continuação

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Usina Elétrica do Prata S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9 Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Desreconhecimento--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.10 Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido.

2.11 Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

2.12 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Usina Elétrica do Prata S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

2.14 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.16 Dividendos

Os dividendos são distribuídos de acordo com o Estatuto Social, é contabilizado a constituição de reserva legal, após constituição da reserva legal, destina-se um montante não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) para dividendos mínimos obrigatórios, a quantia remanescente será distribuída de acordo com a decisão dos acionistas que representam 64% (sessenta e quatro por cento) do capital da Companhia em Assembleia Geral.

2.17 Novas normas e interpretações de normas emitidas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacionais, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de impostos de renda.

Usina Elétrica do Prata S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

2. Políticas contábeis—Continuação

2.17 Novas normas e interpretações de normas emitidas--Continuação

- As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluídos itens atualmente rotulados como 'outros'.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa	16	16
Bancos	1.813	2.575
Aplicações financeiras (i)	3.586	3.791
	<u>5.415</u>	<u>6.382</u>

- (i) As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remuneradas a taxas de aproximadamente 98% do CDI. Por tratar-se de operações de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Usina Elétrica do Prata S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

4. Contas a receber

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2025, está representado pelo montante de R\$ 4.299 (R\$ 3.558 em 31 de dezembro de 2024), correspondente ao fornecimento faturado a receber e a provisão de receita não faturado, decorrentes da venda de energia elétrica.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber.

5. Imobilizado

	Taxa de depreciação % a.a.	2025		2024	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	1.600	-	1.600	1.600
Edificações, obras e benfeitorias	3,50%	84.076	(13.024)	71.052	73.142
Reservatórios, barragens e adutoras	3,50%	24.760	(3.863)	20.897	21.459
Máquinas, equipamentos e ferramentas	3,50% a 6,25%	29.907	(6.684)	23.223	24.155
Móveis e utensílios	4,00% a 6,25%	145	(48)	97	101
Veículos	14,29%	393	(140)	253	309
Equipamentos de informática	16,67%	163	(2)	161	157
		141.044	(23.761)	117.283	120.923

	Taxa de depreciação % a.a.	2024		2023	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	1.600	-	1.600	1.600
Edificações, obras e benfeitorias	3,50%	84.076	(10.934)	73.142	77.958
Reservatórios, barragens e adutoras	3,50%	24.760	(3.301)	21.459	22.021
Máquinas, equipamentos e ferramentas	3,50% a 6,25%	29.815	(5.660)	24.155	25.181
Móveis e utensílios	4,00% a 6,25%	142	(41)	101	108
Veículos	14,29%	393	(84)	309	365
Equipamentos de informática	16,67%	157	-	157	157
		140.943	(20.020)	120.923	127.390

(ii) Refere-se, principalmente, às obras em andamento relacionadas a construção das PCHs.

Usina Elétrica do Prata S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

5. Imobilizado--Continuação

Movimentação do custo no exercício

	2024	2025			2025
		Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos	1.600	-	-	-	1.600
Edificações, obras e benfeitorias	84.076	-	-	-	84.076
Reservatórios, barragens e adutoras	24.760	-	-	-	24.760
Máquinas, equipamentos e ferramentas	29.815	92	-	-	29.907
Móveis e utensílios	142	3	-	-	145
Veículos	393	-	-	-	393
Equipamentos de informática	157	6	-	-	163
	140.943	101	-	-	141.044

Movimentação da depreciação no exercício

	2024	2025			2025
		Adições	Baixas	Transferências	
Edificações, obras e benfeitorias	(10.934)	(2.090)	-	-	(13.024)
Reservatórios, barragens e adutoras	(3.301)	(562)	-	-	(3.863)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(5.660)	(1.026)	-	-	(6.686)
Móveis e utensílios	(41)	(7)	-	-	(48)
Veículos	(84)	(56)	-	-	(140)
	(20.020)	(3.741)	-	-	(23.761)

6. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Usina Elétrica do Prata S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

6. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Natureza (em moeda nacional)	Taxa de juros	2025	2024
Banco do Brasil (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste)	TFC+IPCA (i)	10.925	13.398
Banco do Brasil (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste)	9,5% a.a	12.085	15.045
		23.010	28.443
Circulante		5.490	5.567
Não circulante		17.520	22.876
		23.010	28.443

- (i) O Bacen divulga, no último dia útil do mês, os componentes pré-fixados Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais - TFC para apuração dos encargos financeiros do mês seguinte. A Taxa de Longo Prazo – TLP, (apurada na forma da Lei nº 13.483, de 21/09/2017, e Resolução Bacen nº 4.600, de 25/09/2017) faz parte do componente pré-fixado da TFC e é aplicada uniformemente até o vencimento da operação. Adicionalmente considera-se no cálculo da TFC o Fator de Atualização Monetária – FAM que é composta pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, conseqüentemente a TFC passa a ser uma taxa pós fixada. Estes contratos de empréstimos possuem vigência até janeiro e junho de 2030 respectivamente.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no ano foi a seguinte:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	28.443	33.804
(+) Encargos financeiros	1.918	2.347
(-) Pagamento de principal e juros	(7.351)	(7.708)
Saldo no final do exercício	23.010	28.443

Os empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante possuem o seguinte cronograma de vencimento:

	2025
2027	4.380
2028	4.380
2029	4.380
2030	4.380
	17.520

Usina Elétrica do Prata S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

6. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Compromissos (“covenants”)

Os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia junto às instituições financeiras contém cláusulas usuais de compromissos (“*covenants*”), relacionados a aspectos administrativos, operacionais e financeiros. Conforme disposto nos contratos, estes covenants passaram a entrar em vigor desde o exercício de 2017 (*registro do contrato de financiamento perante as matrículas de imóveis*) e os *covenants* financeiros no exercício de 2020.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detém dois empréstimos bancários, na modalidade de FCO Empresarial - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste, no montante de R\$ 23.010, que, de acordo com os termos do contrato, terão vencimento no ano de 2030.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia está em conformidade frente aos compromissos assumidos de manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD mínimo de 1,2. Os índices apurados nos respectivos exercícios foram de 1,59 e 1,66.

Garantias

As garantias dos empréstimos captados referem-se à penhor de direitos emergentes da autorização da ANEEL, penhor de ações e cessão de fiduciária de direitos creditórios (receitas).

7. Imposto de renda e contribuição social

Em 2025, o saldo das obrigações fiscais de Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) era valor de R\$ 221 (R\$ 729 em 31 de dezembro de 2024).

8. Partes relacionadas

a. Dividendos a pagar

Conforme deliberação dos acionistas realizada na 22ª Assembleia Geral Extraordinária, em 28 de novembro de 2025, e ratificada na 23ª Assembleia Geral Extraordinária, em 18 de dezembro de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 34.145, provenientes do saldo existente na conta Reserva de Retenção de Lucros, integrante do patrimônio líquido da Companhia.

Em decorrência dessa deliberação, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil do referido montante na rubrica Dividendos a Pagar, classificada no passivo não circulante, em contrapartida à redução da conta Reserva de Retenção de Lucros, no patrimônio líquido.

Usina Elétrica do Prata S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

8. Partes relacionadas--Continuação

b. Obrigação com acionistas

A Companhia firmou Acordo de Restituição com Quitação junto à acionista Geracon Participações Ltda., bem como procedeu à formalização de errata ao Acordo de Capitalização, com o objetivo de ajustar determinados valores originalmente previstos nos referidos instrumentos societários.

Em decorrência desses ajustes, foi efetuado o reconhecimento contábil do montante de R\$ 4.962 nas demonstrações financeiras da Companhia, refletindo a adequação dos valores estabelecidos entre as partes.

c. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria cujos diretores são remunerados diretamente pelos acionistas que os indicam, não cabendo à Companhia nenhuma responsabilidade pela remuneração dos mesmos. A Companhia não concede ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

9. Patrimônio líquido

a. Capital social

Participação societária

O capital subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 no valor de R\$ 60.116 está representado por 6.011.602 (seis bilhões, onze milhões, seiscentas e uma mil e setecentas e noventa e três) ações de R\$ 0,01 (um centavo) cada uma, distribuídas entres os seguintes acionistas:

Usina Elétrica do Prata S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

9. Patrimônio líquido--Continuação

a. Capital social--Continuação

Participação societária--Continuação

	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Ações	%	Valor	Ações	%	Valor
Pró-Angelo Participações Ltda.	637.081.674	10,60	6.371	637.081.674	10,60	6.371
Time Life Participações Societárias Ltda.	637.081.674	10,60	6.371	637.081.674	10,60	6.371
V. Sul Participações Ltda.	637.081.674	10,60	6.371	637.081.674	10,60	6.371
CMG Investimentos S.A.	637.081.674	10,60	6.371	637.081.674	10,60	6.371
AG47 Participações Societárias Ltda.	637.081.674	10,60	6.371	637.081.674	10,60	6.371
Safira Investimentos e Participações Ltda.	341.974.902	5,69	3.420	341.974.902	5,69	3.420
Topazio Investimentos e Participações Ltda.	341.974.902	5,69	3.420	341.974.902	5,69	3.420
Eletroeste Centrais Elétricas Ltda.	300.580.068	5,00	3.006	300.580.068	5,00	3.006
Geracon Participações Ltda.	300.580.068	5,00	3.007	300.580.068	5,00	3.007
Paineira Participações e Empreendimentos Ltda.	281.014.338	4,65	2.808	281.014.338	4,65	2.808
Dall'Oglio Participações Ltda. – EPP	217.216.903	3,61	2.172	217.216.903	3,61	2.172
Kyra Participações Ltda.	90.681.664	1,51	907	90.681.664	1,51	907
Farmor Participações Societárias Ltda.	90.681.664	1,51	907	90.681.664	1,51	907
Perpétua Participações Societárias Ltda.	90.681.664	1,51	907	90.681.664	1,51	907
Viapar Participações Societárias Ltda.	90.681.664	1,51	907	90.681.664	1,51	907
Stratégie Participações Societárias Ltda.	90.681.664	1,51	907	90.681.664	1,51	907
Panal Participações Societárias Ltda.	90.681.664	1,51	907	90.681.664	1,51	907
Família Andrade Adm. De Bens Próprios e Part. Ltda.	150.290.033	2,50	1.503	150.290.033	2,50	1.503
Família Klein Adm. De Bens Próprios e Part. Ltda.	150.290.035	2,50	1.503	150.290.035	2,50	1.503
Kadija Participações Societárias Ltda.	90.681.664	1,51	907	90.681.664	1,51	907
Luis Antonio de Carvalho Whitaker	60.116.017	1,00	601	60.116.017	1,00	601
Paulo Henrique John	45.086.998	0,75	450	45.086.998	0,75	450
Versatile Participações Societárias Ltda.	2.297.511	0,04	23	2.297.511	0,04	23
Total	6.011.601.793	100,00	60.116	6.011.601.793	100,00	60.116

b. Reserva legal

De acordo com Estatuto Social, dos lucros apurados no exercício social destinar-se-ão 5% (cinco por cento) para formação da reserva legal, limitando-se a 20% (vinte por cento) do capital social.

A administração efetuou a proposição de reserva legal relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 944 (R\$ 666, em 2024).

Usina Elétrica do Prata S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

9. Patrimônio líquido--Continuação

c. Dividendos mínimos obrigatórios

De acordo com o Estatuto Social, dos lucros apurados no exercício, após constituição da reserva legal, serão destinados em montante não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) para dividendo mínimo obrigatório, e a quantia remanescente será distribuída de acordo com a decisão dos sócios que representarem 64% do capital da Companhia deliberado em Assembleia Geral.

Durante o exercício de 2025, foi distribuído dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 4.486 (R\$ 3.328, em 2024), conforme previsto no Estatuto Social, motivo pelo qual não houve constituição de provisão de dividendos a pagar.

d. Reserva de retenção de lucros

Em 2025, o montante de R\$ 4.520 foi utilizado para pagamento de dividendos efetuados no próprio exercício, enquanto R\$ 34.144 foram destinados à distribuição de dividendos ainda não liquidados, registrado na conta Dividendos a Pagar, no passivo da Companhia.

e. Dividendos complementares

Os dividendos complementares representam o excedente distribuído no exercício de 2025, além dos 25% mínimos obrigatórios, em 2025 foram pagos R\$ 17.976 a título de dividendos complementares (R\$ 8.672, em 2024).

10. Receita líquida de venda de energia

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita bruta		
Receita com venda de energia elétrica	<u>37.297</u>	<u>32.021</u>
Deduções		
Cofins sobre vendas	(1.119)	(961)
Pis sobre vendas	<u>(243)</u>	<u>(208)</u>
	<u>(1.362)</u>	<u>(1.169)</u>
	<u><u>35.935</u></u>	<u><u>30.852</u></u>

Usina Elétrica do Prata S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

11. Custos e despesas por natureza

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depreciação	(3.741)	(3.707)
Salários e encargos	(905)	(1.259)
Suprimento de energia elétrica (a)	(3.017)	(2.272)
Serviços de terceiros	(2.134)	(2.108)
Impostos e taxas	(1.477)	(1.412)
Manutenção de peças e equipamentos	(1.017)	(855)
Combustíveis	(83)	(122)
Fretes	(14)	(4)
Custo de compra de energia elétrica – CCEE (b)	(1.952)	(3.910)
Outros custos e despesas	(468)	(375)
	<u>(14.808)</u>	<u>(16.024)</u>
Custos da geração de energia	(9.679)	(11.211)
Despesas gerais e administrativas	(5.129)	(4.813)
	<u>(14.808)</u>	<u>(16.024)</u>

(a) Suprimento de energia elétrica

Devido à queda no volume das chuvas, e conseqüentemente, à redução na geração de energia elétrica, a Companhia teve custos com aquisição de energia no curto prazo para revenda, em 2025, no valor de R\$ 3.017.

(b) Custos de compra de energia elétrica - CCEE

Em 2025, a Companhia apresentou uma redução nas despesas com liquidação financeira dos valores decorrentes da contabilização relativas às operações realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, em 2025 a despesa foi de R\$ 1.952 (R\$ 3.910, no exercício de 2024).

Usina Elétrica do Prata S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

12. Resultado financeiro líquido

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.223	1.467
	<u>1.223</u>	<u>1.467</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.918)	(2.347)
Despesas bancárias	(7)	(5)
	<u>(1.925)</u>	<u>(2.352)</u>
	<u>(702)</u>	<u>(885)</u>

13. Imposto de renda e contribuição social

a. Valores reconhecido no resultado do exercício e conciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrado como segue:

(i) Imposto de renda pessoa jurídica lucro presumido

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita com geração	37.297	32.021
Presunção 8%	2.984	2.562
Receita financeira	1.223	1.467
Outras Receita e Ganho venda imobilizado	2	1.259
Base de Cálculo IRPJ presumido	4.209	5.288
IRPJ 15%	631	793
Base de cálculo adicional IRPJ	3.969	5.048
Adicional IRPJ 10%	397	505
IRPJ a pagar	<u>1.028</u>	<u>1.298</u>

(ii) Contribuição social sobre lucro líquido lucro presumido

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita com geração	37.297	32.021
Presunção 12%	4.476	3.843
Receita financeira	1.223	1.467
Outras Receita e Ganho venda imobilizado	2	1.259
Base de cálculo CSLL presumido	5.701	6.569
CSLL a pagar	<u>513</u>	<u>591</u>
IRPJ e CS – Correntes	<u>1.541</u>	<u>1.889</u>

Usina Elétrica do Prata S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

14. Provisão para contingências

A Companhia não mantém processos judiciais como polo passivo, com risco de perda possível ou provável. Desta forma a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas.

15. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

15.1 Valor justo e classificação os instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram os seguintes:

Bancos, aplicações financeiras, contas a receber, empréstimo e financiamentos e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

	2025		2024		Mensuração do Valor Justo	Classificação por Categoria
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo						
Bancos	1.813	1.813	2.575	2.575	-	Custo amortizado
Aplicações financeiras	3.586	3.586	3.791	3.791	Nível II	valor justo por meio do resultado
Contas a receber	4.299	4.299	3.558	3.558	-	Custo amortizado
	<u>9.698</u>	<u>9.698</u>	<u>9.924</u>	<u>9.924</u>		
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	23.010	23.010	28.443	28.443	-	Custo amortizado
Fornecedores	572	572	653	653	-	Custo amortizado
	<u>23.582</u>	<u>23.582</u>	<u>29.096</u>	<u>29.096</u>		

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado a PCH.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados de manutenção com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

Usina Elétrica do Prata S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

15. Gerenciamento de riscos --Continuação

15.1 Valor justo e classificação os instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é aquele onde a Companhia poderá incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, em razão da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do caixa e equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados na demonstração financeira.

	Valor contábil	
	2025	2024
Bancos	1.813	2.575
Aplicações financeiras	3.586	3.791
	<u>5.399</u>	<u>6.366</u>

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas, assim como também de obtenção de empréstimos e financiamentos e adiantamentos para futuro aumento de capital. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Empréstimos e financiamentos	5.567	9.150	13.726	-
Fornecedores	653	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	48	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025				
Empréstimos e financiamentos	5.490	8.760	8.760	-
Fornecedores	572	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	49	-	-	-

Usina Elétrica do Prata S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

15. Gerenciamento de riscos –Continuação

15.1 Valor justo e classificação os instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Risco de liquidez--Continuação

Instrumentos financeiros e depósitos bancários

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovados pelos acionistas, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é aquele que sofre alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é administrar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição a riscos de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros (valor contábil) remunerados por juros da Companhia era:

	<u>2024</u>	<u>2024</u>
Ativo		
Aplicações financeiras (CDI)	<u>4.299</u>	<u>3.791</u>
	<u>2024</u>	<u>2024</u>
Passivo		
Empréstimos e financiamentos	<u>23.010</u>	<u>28.443</u>

Análise de sensibilidade de valor justo para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2025:

<u>Valor exposto</u>	<u>Risco</u>	<u>Provável</u>	<u>25%*</u>	<u>50%*</u>
4.299	Queda do CDI	526	395	263
Impacto no resultado			(131)	(263)

Usina Elétrica do Prata S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$)

15. Gerenciamento de riscos –Continuação

15.1 Valor justo e classificação os instrumentos financeiros--Continuação

(iv) Risco de mercado--Continuação

(*) Conforme previsões de mercado, os índices de CDI considerados foram de 12,25%.

Análise de sensibilidade para empréstimos e financiamentos com taxa de juros pós-fixada:

Uma alteração no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, na data do balanço, teria aumentado o Fator de Atualização Monetária – FAM que é o componente pós fixado da Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais – TFC, encargo remuneratório de um dos empréstimos e financiamentos da Companhia. A análise abaixo considera os impactos possíveis e remotos que um aumento no IPCA teria sobre o valor de empréstimos e financiamentos da Companhia, bem como no resultado do exercício, sendo o cenário provável o cenário em 31 de dezembro de 2025:

	Cenário atual		Possível		Remoto	
Sensibilidade ao IPCA	IPCA (*)	Exposição	IPCA	Impacto	IPCA	Impacto
Impacto no resultado	3,91%	900	4,5%	1.035 <u>(135)</u>	6,0%	1.381 <u>(481)</u>

(*) IPCA projeção 2026

Valor justo

O justo valor dos ativos e passivos financeiros se equivalem aos respectivos valores contábeis.

16. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía seguros para bens sujeitos a riscos operacionais e para danos materiais os quais julga suficientes para cobrir eventuais riscos.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.